



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES

THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: Análises das práticas docentes em uma
Escola do Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/Pa**

ITAITUBA-PA

2023

MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES

THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: Análises das práticas docentes em uma
Escola do Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/Pa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientadora Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

ITAITUBA-PA
2023

MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES

THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientadora Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: Análises das práticas docentes em uma Escola do
Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/Pa**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof.^aEdilane da Silva Melo, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof.^aLucia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof.Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-Pa, 11 de Agosto de 2023

*Dedicamos este Trabalho de Conclusão de
Curso a Deus, por nos permitir conquistar mais
uma etapa dos nossos sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo, pelo dom da vida e por me proporcionar chegar até onde eu cheguei.

Aos meus filhos **Matheus Rodrigues Araújo** e **Larysse Rodrigues Araújo** pelo carinho e por sempre compreender os meus esforços até hoje.

Ao meu amigo **JOÃO LOPES DA SILVA** pela iniciativa em me presentear com o pagamento das mensalidades do curso, sonho este realizado através da sua bondade, Gratidão a minha amiga **THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA** que me deu muita força durante o curso, não tenho palavra para externar tanta gratidão a esta pessoa. ,

Sou grata pela minha orientadora **EDILANE DA SILVA MELO**, por ter nos orientado nesta conclusão da nossa monografia, a ela somente gratidão.

Aos professores da Faculdade de Itaituba tenho um enorme carinho por todos que passaram pela minha vida acadêmica, sem os seus conhecimentos e ensinamentos eu não teria me tornado a profissional responsável e dedicada que sou hoje.

Em especial quero registrar aqui minha enorme gratidão a professora **ELINES SANTOS** por sempre está me auxiliando e oferecendo seu ombro amigo, fazendo com que eu conseguisse enfrentar uma fase difícil em minha vida ,seus conselhos eu nunca vou esquecer e levarei para a vida toda.

Gratidão a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para essa pesquisa.

MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me proporcionar o privilegio em realizar o meu sonho nessa instituição de ensino, pois, foram cinco anos difíceis, só a mão de Deus para nós guardar e proteger em meio a pandemia.

Ao meu pai **SEVERO FERREIRA ROCHA** que me ajudou financeiramente, a minha mãe **MARIA DA CRUZ VIEIRA** por ter me apoiado sempre e também as minhas irmãs **TAYNARA VIEIRA FERREIRA ROCHA**, **THAMIRES VIEIRA FERREIRA ROCHA** e **TAINÁ VIEIRA FERREIRA ROCHA**.

Ao meu esposo **ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO COSTA** por está sempre ao meu lado, apoiando e incentivando o meu sonho.

Aos meus amigos **RAIMUNDO NONATO**, **MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES** e **SALETE MESQUITA** por ter paciência comigo e me ajudar sempre que fosse necessário, gratidão sempre.

Sou grata pela minha orientadora **EDILANE DA SILVA MELO**, por seus ensinamentos e suas orientações para juntas finalizarmos o nosso trabalho de conclusão de curso.

Aos professores da Faculdade de Itaituba, muito obrigado por contribuir no meu processo educacional e por ter me tornado a profissional que sou hoje, dedicada com a educação dos meus alunos.

Gratidão a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para essa pesquisa.

THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA

Crianças são como borboletas; cores, formatos e texturas diversas, algumas voam rápidas, outras nem tanto, mas todas se esforçam para voarem do seu melhor jeito. Cada uma é diferente, única e ESPECIAL.

LEH GIRÃO

RESUMO

O trabalho de Conclusão de Curso Intitulado DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Análise das práticas docentes em uma escola do Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/PA tem por objetivo analisar a Educação Especial com foco nas interfaces da Educação Infantil buscando identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nessa área da educação. A fim de embasamento teórico, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo e descritivo, visando analisar as práticas docentes e os desafios da educação especial com interfaces na educação infantil. Afim de melhor encaminhar este estudo, foram elaboradas as seguintes questões que norteará como base para a pesquisa: Quais os desafios da educação Especial com foco nas Interfaces Educação Infantil? Quais as técnicas desenvolvidas pela escola para desenvolver o trabalho na Educação Especial? De que forma a Educação Especial tem contribuído para a inclusão social na Educação Infantil?. Diante do exposto, justifica-se que é papel do educador estar apto a desenvolver uma prática pedagógica que atenda às reais necessidades da criança que esteja necessitando de um atendimento diferenciado dos demais, sendo ele capaz de detectar as limitações e desenvolver metodologias que ajudem a criança na sua evolução. Dentre varias propostas de intervenção é cabível que os docentes tenham conhecimento da sua realidade institucional, bem como da responsabilidade profissional e social para com seus alunos, para então, a partir dela, comecem a elaborar o seu plano de ação pedagógico. Sendo assim, o docente levará em consideração as diferenças/especificidades e limitações acerca de seus alunos com necessidades educacionais que estudam na educação infantil.

Palavras-Chave: Educação Especial; Educação Infantil; Desafios Docentes.

ABSTRACT

The Course Completion work entitled SPECIAL EDUCATION CHALLENGES WITH INTERFACES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: Analysis of teaching practices in a school in the District of Moraes Almeida – Itaituba/PA aims to analyze Special Education with a focus on the interfaces of Early Childhood Education, seeking to identify the difficulties faced by teachers who work in this area of education. In order to provide a theoretical basis, an exploratory research of a qualitative and descriptive nature was developed, aiming to analyze teaching practices and the challenges of special education with interfaces in early childhood education. In order to better forward this study, the following questions were elaborated that will guide as a basis for the research: What are the challenges of Special Education with a focus on Early Childhood Education Interfaces? What are the techniques developed by the school to develop the work in Special Education? Has Special Education contributed to social inclusion in Early Childhood Education?. Given the above, it is justified that it is the educator's role to be able to develop a pedagogical practice that meets the real needs of the child who is in need of a differentiated service from the others, being able to detect the limitations and develop methodologies that help the child in its evolution. Among several intervention proposals, it is appropriate for teachers to be aware of their institutional reality, as well as their professional and social responsibility towards their students, so that, based on this, they can begin to elaborate their pedagogical action plan. Therefore, the teacher will take into account the differences/specificities and limitations of their students with educational needs who study in kindergarten.

Keywords: Special Education; Child education; Teaching Challenges.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	O que é Educação Especial?.....	49
QUADRO 02:	Qual o público alvo da Educação Especial?.....	50
QUADRO 03:	Qual a importância da Educação Especial na vida escolar do aluno com deficiências?.....	53
QUADRO 04:	Quais os maiores desafios em trabalhar com alunos da Modalidade da Educação Especial?.....	53
QUADRO 05:	Na sua escola, os alunos com necessidades educacionais possuem acessibilidade suficiente?Comente.....	55
QUADRO 06:	Como fazer para alfabetizar uma criança com necessidades especiais na Educação Infantil?.....	56
QUADRO 07:	Quais as metodologias utilizadas por você para trabalhar com alunos especiais?.....	57
QUADRO 08:	Quais as interfaces da Educação Especial?.....	58

GRAFICO

GRAFICO 01: Você já teve experiência com alunos especiais em sua sala de aula?.....52

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
1.1 CONCEPÇÕES ACERCA DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
1.2 O QUE É A EDUCAÇÃO ESPECIAL?.....	20
1.3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	21
1.4 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
2 ABORDAGENS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
2.1 DESAFIOS DOCENTES AO TRABALHAR COM ALUNOS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
2.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	34
2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROTAGONISMO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	38
2.4 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL.....	40
2.5 A RELAÇÃO DO PROFESSOR X FAMÍLIA DOS ALUNOS ESPECIAIS.....	42
3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES DAS PRÁTICAS DOCENTES EM UMA ESCOLA DO DISTRITO DE MORAES ALMEIDA – ITAITUBA/PA.....	45
3.1 CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA.....	45
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	47
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.....	48
3.4 ANÁLISES DOS DADOS.....	49
3.5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXO.....	65

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso Intitulado DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Análise das práticas docentes em uma escola do Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/PA, tem por objetivo analisar a Educação Especial com foco nas interfaces da Educação Infantil buscando identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nessa área da educação. Sendo assim, é importante que se faça um estudo considerando as principais práticas docentes em uma instituição de ensino pública com o desígnio de detectar as falhas e entender os mecanismos e procedimentos adotados pelos profissionais que atuam nessa área da educação, bem como os seus resultados.

A educação especial é uma prática de fundamental importância para a inclusão social, uma vez que se pauta pelo atendimento a uma clientela que possui determinadas limitações em face de uma realidade que cada vez mais se torna excludente, muito em função do processo evolutivo que desencadeia situações que acabam impondo condições e limites os mais variados possíveis.

Como procedimento metodológico, consistiu em pesquisas realizadas no Centro Municipal de Educação Infantil ABC no Distrito de Moraes Almeida na qual foi necessária uma leitura aprofundada de diversos documentos oficiais e bibliográficos que desenhavam a história dessa modalidade de Educação em nosso país. Estudiosos como Mazzotta (2011), Mantoan (1998, 2003), Corrêa (2004), Paro (1997), Alarcão (2005) entre outros subsidiaram toda a pesquisa e colaboraram para a finalidade pretendida. A fim de embasamento teórico, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo e descritivo, visando analisar as práticas docentes e os desafios da educação especial com interfaces na educação infantil.

Afim de melhor encaminhar este estudo, foram elaboradas as seguintes questões que norteará como base para a pesquisa: Quais os desafios da Educação Especial com foco nas Interfaces Educação Infantil? Quais as técnicas desenvolvidas pela escola para desenvolver o trabalho na Educação Especial? De que forma a Educação Especial tem contribuído para a inclusão social na Educação Infantil?

Diante do exposto, é papel do educador estar apto a desenvolver uma prática pedagógica que atenda às reais necessidades da criança que esteja necessitando

de um atendimento diferenciado dos demais, sendo capaz de detectar as limitações e desenvolver metodologias que ajudem a criança na sua evolução.

O primeiro capítulo abordará o Contexto histórico da Educação Especial e suas Concepções acerca do seu surgimento, indagando sobre O que é a educação especial? Os Aspectos legais da educação especial e O atendimento educacional especializado na educação infantil.

O segundo capítulo enfatiza uma abordagem sobre a educação especial na educação infantil, mencionando os desafios docentes ao trabalhar com alunos especiais na educação infantil, A formação do professor na educação infantil, A Educação especial e o protagonismo do aluno na educação infantil, O Papel da escola no processo de inclusão social e a Relação do professor × família dos alunos especiais.

Por fim, o terceiro capítulo evidencia os desafios da Educação Especial com Interfaces na Educação Infantil: análise das práticas docentes em uma Escola do Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/PA abordando a Caracterização da Escola, as Metodologia Adotada, Perfis dos Entrevistados, Análise dos Dados e propostas de intervenção.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 CONCEPÇÕES ACERCA DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade obteve um grande avanço no sistema educacional e nas barreiras atitudinais, uma vez que, as pessoas com deficiências eram vistas como seres incapazes de conviver meio a sociedade, eram sacrificados e muitos eram abandonados e jogados das masmorras e aqueles que sobreviviam diante das grandes dificuldades enfrentadas acabavam virando mendigos, sendo assim evidencia-se que a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais. Conota-se, no entanto a visão de como eram vistas as pessoas com deficiências.

Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas. Na Idade Média, o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido, o que era uma forma de exclusão. (MIRANDA, 2008, p.30).

I Sendo assim, na idade média a lei de morte de PcD (Pessoa com Deficiência) passou a ser condenada. Essa foi uma época de exclusão, na qual as pessoas com deficiência, não recebiam nenhuma atenção educacional e nem outros serviços assistências. Mas não deixa de ser um período de mudança em que outrora se buscava novos conceitos e análises dos direitos e deveres para os PcDs.

Foi na época de D. Pedro II, mais especificamente na década de 50 do século 19, que foram criadas as primeiras escolas voltadas para alunos com necessidades especiais, mais especificamente os surdos-mudos e os deficientes visuais. Ainda hoje, uma destas escolas recebe o nome de um dos seus mais importantes diretores do passado: Benjamin Constant.

No entanto, naquele período foi criado um hospital e uma escola especializada no tratamento de pessoas com necessidades especiais. Aliás, as pessoas da época não utilizavam este conceito, os especiais eram chamados de deficientes físicos e mentais. A eles eram negados uma educação junto das outras crianças consideradas normais. (FÁVERO, 2004, p.13)

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº4024/61) previu a integração dos alunos especiais, nesta época chamados de excepcionais,

no sistema geral de ensino e o apoio financeiro do governo à iniciativa privada que se dispusesse a oferecer ensino para os especiais.

A evolução histórica da educação especial no contexto educacional brasileiro será evidenciada em alguns pontos esquemáticos na qual serão apresentados, a seguir, com base no autor Meletti (2007, p 34-35):

- Em 1824 – ainda no Império – menção à educação para todos, mas retirando os direitos políticos dos incapacitados físicos e morais (considerados todos os desvalidos – criminalidade, demências, promiscuidade, deficiências mentais);

- A partir da segunda metade do Século XIX – graças ao movimento higienista dessa época, em toda a Europa e chegando ao Brasil pela vinda da corte imperial, a Medicina ganhava status e o médico era considerado como cientista social – esse movimento organizava a sociedade e previa a sustentação da possibilidade de progresso, alcançando, inclusive, a escola que, juntamente com a família, não conseguia dar conta da educação;

- Na Década de 1850 – A fundação do Imperial Instituto de Educação de Cegos do Brasil/Instituto Benjamim Constant (1954) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES (1856);

- Na Década de 1870 – o Censo de 1872 mostrava uma população de cegos estimada em 15.848 pessoas e de surdos correspondente a 11.595; em 1874 em atendimento 35 alunos cegos e 17 alunos surdos; nos hospitais psiquiátricos estavam as pessoas com deficiências mentais severas e também não havia, nessa época, acesso à escola para a população em geral;

- Proclamação da República – o ideário liberal ganha força e a escola é aberta para a população – que, na verdade, não tinha domínio da “base” cultural, por isso é considerada “desviante”;

- Início do Século XX – a Psicologia entra na escola como a ciência que classifica, rotula e segrega – possibilitando dar conta dos desviantes com a exclusão;

- Até a primeira década do Século XX – ainda com a sustentação do movimento higienista e agora já sob a égide do movimento escola novista, a escola se amplia e assume a responsabilidade de instalar mecanismos de controle e de moralização, tais mecanismos saindo da esfera privada para a esfera pública; criação da primeira Classe Especial no país, em São Paulo (1911); no mesmo ano, também no Rio de Janeiro;

- Final da década de 1920 início da década de 1930 – instalação e fortalecimento das instituições filantrópicas com o favorecimento da iniciativa privada na educação – Sociedade Pestalozzi e a institucionalização da escola; omissão do governo frente à educação especial; encaminhamento/destinação de verbas públicas da educação especial para o ensino feita para as instituições privadas de caráter filantrópico;

- Desde a década de 1920 até a década de 1970 – priorização da Psicologia na educação geral e mais ainda na educação especial, coma patologização do desvio e a secundarização do Pedagógico na educação regular e total aniquilação na educação especial;

- Década de 1980 – as classes especiais eram ocupadas por professores sem especialização por falta de professores especializados – mas como um “castigo” pelo mau comportamento, pela desqualificação para outras séries escolares;

- Década de 1990 – o Brasil é signatário de documentos oriundos de reuniões internacionais como a Declaração de Jomtien (1990) que preconiza a educação para todos e a Declaração de Salamanca (1994) que destaca a educação de pessoas com deficiências no ensino regular; desencadeamento das reformas nas políticas públicas de saúde, educação, trabalho e assistência social;

- 1996 – LDBEN 9394/96 – preconiza a educação de pessoas com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino –contradição que mantém a educação especial como sistema paralelo;

- Final de 1998/ início de 1999 – aparece o mote da inclusão no Paraná –e, a partir daí, outros eventos referenciais ocorrem, promovendo o substrato histórico e social que dá sustentabilidade às atuais ações vivenciadas no âmbito da educação e das políticas públicas.

Conforme mencionado pelo autor é notório as perspectivas abordadas em relação às reflexões apresentadas, deixando, por ora, este arcabouço de informações para subsidiar a compreensão do movimento educacional brasileiro e do contexto histórico, político e social em que se desenvolveu. É possível, entretanto, ter uma concepção mais crítica dos principais acontecimentos e buscar o conhecimento necessário a tal reflexão aqui proposta.

A evolução da educação especial no mundo sempre caminhou em câmera lenta. No Brasil não é diferente, somente no final do século XVIII e início do século

XIX influenciaram o surgimento da educação das crianças com deficiência, que se deu, inicialmente, em instituições de acolhimento a pessoas com deficiências.

Para Corrêa, (2004, p. 48), A educação especial, após 1950, foi marcada por inúmeras estruturas administrativas. Se, em um primeiro momento, o serviço responsável pela Educação Especial era uma coordenação, logo a seguir passa a ser um centro e depois um departamento, até se tornar uma secretaria. Em cada mudança, há implicações funcionais, financeiras e de competências educacionais.

Mesmo com todas essas mudanças é impossível pensar no avanço da Educação Especial no Brasil sem o apoio da Legislação e das Políticas Públicas, uma vez que se faz necessário saber quais direitos são garantidos, o que compete a cada um, de modo que se possa avaliar de maneira coerente a construção de uma sociedade inclusiva.

A Educação Especial tem como fundamento a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Os capítulos que a amparam são o Capítulo II – Da União em seu Art.23 que afirma que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Capítulo III – da educação, da cultura e do desporto - Seção I – Da educação:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante à garantia de: [...] III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial também tem como objetivo criar condições que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais específicas. Sendo assim, o Brasil, desde 1961, garante educação de alunos deficientes na rede comum de ensino e, em 1996, reforçado pela Declaração de Salamanca (1994) também prioriza o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educacionais específicas, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com isto, em 2001 foi aprovado o documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que evidenciou a constituição das escolas inclusivas públicas indicando que a educação especial deve ocorrer tanto nas

escolas públicas como nas privadas da rede regular de ensino. Assim, torna-se perceptível que o Brasil está no aspecto geral compromissado com as condições e qualidades de ensino das pessoas deficientes, porém em outros momentos o que prevalece é o aspecto quantitativo, ou seja, de resultados, pois as ações são realizadas com o intuito de justificar os compromissos assumidos no âmbito internacional, como por exemplo, com a Declaração de Salamanca firmada com a Organização das Nações Unidas - ONU.

1.2 O QUE É A EDUCAÇÃO ESPECIAL?

Em primeiro lugar, a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, ou seja, o direito à educação especial tem início na educação infantil e perdura por toda a vida, inclusive, durante a graduação.

De acordo com a Lei nº 12.796/2013, art.58, que alterou a LDB: A **Educação Especial** é a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A Educação Especial desenvolveu com base na igualdade de oportunidades, visando oferecer acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. Para isso, esta modalidade buscou-se atender as necessidades e diferenças individuais de cada aluno e assegurando-lhes um conjunto de recursos e serviços educacionais para promover o desenvolvimento de suas potencialidades.

Como a modalidade de ensino é transversal a todas as etapas e a outras modalidades, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar. Inscrita na perspectiva da política de educação inclusiva, essa modalidade preceitua a valorização da diferença como elemento central para o enriquecimento do processo educativo, considerando os alunos conforme suas particularidades e potencialidades, ajudando-os a superar as possíveis barreiras para o seu aprendizado.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e

permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino. (MEC, 2007, p. 09)

A educação especial surgiu através de muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), da Constituição de 1988 e da LDB 1996. Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial.

1.3 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O advento do capitalismo trouxe várias mudanças na vida em sociedade, desde os hábitos individuais, passando pela cultura de grupos (ou tribos) urbanos. E essa mudança também se estendeu no campo educacional, e a ciência por sua vez tem despertado interesse quanto à educação e à vida das pessoas com deficiência, bem como a sua inserção no convívio social e que são tidos como “anormais” diante do padrão social o qual estão limitadamente inseridos.

Foucault (2001), define como “anormais”, aqueles que fogem ao padrão de normalidade estabelecido pela sociedade, ou seja, os que têm comportamento e necessidades diferentes da maioria, e cuja estrutura comportamental-social não está em conformidade com os ditames sociais. Contudo, embora o interesse científico fosse genuíno e bem-intencional, ainda pairava sobre o mesmo o espectro ideológico de uma visão patologista quanto ao que se considera como deficiência, e não uma condição que se sobressai às demais em função da sua intensidade.

Por vezes esse espectro patológico acaba levando as pessoas que se enquadram no padrão social, a terem comportamentos e atitudes preconceituosos para com aqueles que fogem ao seu padrão, ou seja, as pessoas que apresentam um certo grau de deficiência.

Dessa forma, diante da necessidade em desenvolver um processo de inclusão social que tratasse da questão das pessoas com deficiência e suas políticas educacionais embasado no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, que objetiva uma educação de qualidade e eficiente para todos, sem quaisquer

discriminações, respeitando todas as diferenças individuais garantindo não apenas o acesso à educação de qualidade, que possam fornecer desenvolvimento humano e conhecimento intelectual, mais capacitando o sujeito para os desafios da vida em sociedade, promovendo a permanência dos indivíduos na escola até que conclua o seu ciclo estudantil de forma eficiente, consistente e satisfatória. E caso se interesse por seguir uma por uma vida acadêmica, que possam se sentir estimulado e confiante.

As mudanças consistentes na educação em todo o mundo ficam por conta do surgimento da Declaração de Salamanca em 1994, evento este que aconteceu na cidade de Salamanca, na Espanha. O objetivo de tal documento é mostrar aos governos de todo o mundo a necessidade de se desenvolver programas e políticas públicas e educacionais, que atenda a todas as pessoas, sem restrição, de forma igual, independente da sua condição física, social e cultural.

O referido instrumento, ainda faz menção de forma incisiva, quanto à urgência e necessidade da inclusão educacional dos sujeitos que apresentam necessidades educativas especiais. Assim, os princípios defendidos pela Declaração, exorta às instituições de ensino uma mudança de postura nos seus projetos pedagógicos, adequando-os à realidade dos indivíduos que fazem parte da sua clientela e que estejam matriculados em dada instituição.

Quanto a essa primícia, o artigo 11 da Declaração de Salamanca rege o seguinte: *“O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”*, sendo assim:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, P. 17-18)

Segundo o referido instrumento legal, o qual padroniza todos os sujeitos quanto ao aspecto educacional, de onde a qualidade no procedimento se sobressaia em face às complexidades. Dessa forma, a escola inclusiva passa a ser um espaço para todos, sem distinção, devem ter as mesmas chances e oportunidades de poder participar e sentir-se parte integrante de algo enquanto sujeito, assim lhe será

garantido o acesso ao conhecimento, e as características da sejam definidas pelo sentimento de igualdade no convívio com outras pessoas.

Sobretudo, entende-se que o princípio prega pela naturalização da condição de modo que criança não se sinta diferente por ter necessidades e urgências que a definem como um sujeito único no contexto social, mas que se sinta especial por suas excentricidades, digno de ter a mesma atenção e cuidados que os demais, mas que sejam respeitadas as suas particularidades.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5 – 6)

Nesse sentido, as escolas que declararem inclusivas, devem buscar inserir-se no contexto comunitário, e apresentar um projeto padrão que busque atender às necessidades de sua clientela, buscando desenvolver nos membros do seu quadro docente um sentimento de cooperação e compromisso com a instituição e com os discentes.

Ainda, deve sempre lutar por uma prática pedagógica que permita responsabilidade conjunta envolvendo todos aqueles profissionais que estejam dispostos a colaborar interdisciplinamente, de modo a contribuir com o desenvolvimento físico, humano e intelectual de todos os alunos, indistintamente.

Cabe à instituição de ensino direcionar a prática docente, tendo por base um projeto político pedagógico consistente, mas ao mesmo tempo maleável, sendo desenvolvidas atividades diversas para as mais diferentes realidades e complexidade privilegiando o ensino, conteúdos e avaliações que estejam em acordo com a capacidade e o ritmo de desenvolvimento de cada aluno, sobretudo daquele aluno com necessidades especiais.

Contudo, apesar da Educação Especial ter origem segregativa e excludente, houve algo de positivo, pois diante de uma situação complexa e delicada, fez com que a sociedade passasse a notar as pessoas com deficiência com outros olhos, buscando-lhe o desenvolvimento de uma prática educativa que fosse mais voltada a esse tipo de clientela, atendendo as suas reais necessidades educacionais.

Infelizmente, a maneira como era praticada, ofendia os direitos a uma educação de qualidade garantida pelos direitos humanos.

Nesse seguimento, a LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei 9394/96, define a Educação Especial, como aquela que é oferecida regular e preferencialmente na rede pública de ensino, para crianças (alunos) que possuem necessidades específicas e particulares, e que por se diferenciarem dos demais no que tange ao domínio das habilidades e aprendizagens inerentes à sua idade, precisam de metodologias, práticas pedagógicas e recursos específicos, gerenciados adaptativamente para que alcancem a aquisição do conhecimento que a escola lhes propõe.

Historicamente podemos perceber que desde o princípio dos tempos existem na civilização pessoas de características singulares e que por tal assim se identificam, contudo, há pouca referência acerca dessas pessoas e do seu modo de vida em sociedade. Sabe-se que antigamente havia dois comportamentos a respeito das pessoas doentes, idosas ou deficientes: a primeira, era de aceitação, a segunda, e que era seguida pela maioria das pessoas, era de extermínio, desprezo e abandono.

Nas sociedades mais primitivas, era natural a prática do infanticídio de deficientes, Bianchetti (2000), contudo, ainda na idade média a igreja passou a condenar essa prática, mas ainda assim, a própria igreja, acreditava que as anomalias (deficiências) podiam ser frutos e poderes sobrenaturais em virtude de um suposto castigo para purgar determinado pecado.

Obviamente que ao longo dos séculos essa visão retrógrada ficou para trás, ainda bem. Contudo, infelizmente esse pequeno apêndice parafraseado do pensamento de Bianchetti (2000), se faz necessário para o entendimento das concepções que fundamentaram o preconceito sobre a pessoa com deficiência, o idoso e o doente ao longo dos séculos de obscuridade mental, e como se deve combatê-lo em tempos modernos, onde muitos ainda fazem resistência quanto à pessoa com necessidades especiais.

Por muito tempo a Educação Especial, possuía as mesmas características do ensino normal que era trabalhado nas escolas tradicionais e sempre buscou desenvolver práticas educacionais que fossem possíveis adaptar às necessidades dos alunos com deficiência, mas ainda que o esforço fosse válido limitava-se a

adestrar as crianças, classificando-as e, treináveis e educáveis e dependentes. De acordo com a Constituição Federal de 1988, enfatiza o seguinte em seus artigos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Conforme a Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e que cabe ao estado e à família tal garantias, mediante suporte sócia. É evidente que a família deve estar presente na vida escolar da criança, de maneira a ajudá-la no que for necessário no seu desenvolvimento humano, social, político e intelectual.

Ao estado cabe a responsabilidade de garantir atendimento especial às crianças com deficiência. Atendimento especial não diz respeito apenas à acessibilidade, conforto e segurança, mas também no que se refere à condições plenas de desenvolvimento sócio cognitivo, onde a criança possa interagir com os demais e sentir- parte integrante do ambiente escolar, podendo assimilar todos os fatos e acontecimentos, quer tenham ligação direta ou não com o conteúdo ministrado em sala de aula.

Para tal, o governo deve destinar verbas públicas federais através de programas educativos para que sejam atendidas as necessidades educacionais dos alunos, sem distinção de cor, raça, cultura, credo, condição social. Contudo, essa verba deve ser gerenciada de forma responsável e consciente, utilizada na qualificação dos profissionais da educação, na manutenção da estrutura física, na compra de materiais e equipamentos didáticos de qualidade para uso no processo de ensino/aprendizagem. De forma alguma deverá ser utilizado para fins pessoais, e de enriquecimento ilícito.

1.4 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

De modo geral, o atendimento educacional nas escolas públicas necessita de mudanças em todos os aspectos e sentidos, porém, atendo-se à questão do atendimento educacional especializado na educação infantil, percebe-se que a questão é muito mais agravante do que se possa imaginar.

Dentre tantos os problemas que implicam nessa prática educativa, como estruturas defasadas, falta de corpo técnico que possa enfatizar a prática docente em sala de aula, equipamentos e recursos, a mão-de-obra qualificada e especializada é a que mais pesa quando se trata desse tipo de atendimento educacional.

Tratando-se de Educação Especial, essa necessidade de capacitação do professor se torna mais evidente, mas em todas as etapas da educação existem crianças que aprendem de formas diferentes e cabe ao professor identificar de que forma seu trabalho pode potencializar essa aprendizagem. (MACHADO, 2017, p. 78)

Contudo, diante da falta de recursos e da acessibilidade de cursos preparatórios que capacitem o educador a executar uma prática docente relativa aos alunos com limitações, independentemente de qual seja, resta ao professor buscar sair da zona de conforto e procurar condições e situações que possam ajudá-lo a melhor exercer a sua prática docente.

Não é que, assim, queira responsabilizar o profissional da educação quanto à realidade da educação nesse campo de atuação, mas há aspectos da prática docente que podem e devem ser melhorados, pois cabe ao educador, diante da realidade, ter a iniciativa que possam melhorar a sua ação educadora, principalmente porque a educação especial requer um cuidado e comprometimento diferenciado.

Os alunos com limitação para aprender, tornam-se um desafio para o educador em sala de aluno, esse desafio exige do educador plasticidade intelectual, criatividade e dinamismo, de modo a fazer com que a criança tenha um proveito maior na aprendizagem, passando a não só interagir com o conteúdo, mas a assimilá-lo e a fazer uso do mesmo no seu dia-a-dia.

Segundo Checconi (2016), quando ocorre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, é imprescindível um diálogo pedagógico entre o educador e a gestão escolar, com o propósito de prevenir uma situação conflituosa na vida escolar do educando em virtude da mudança, isso com relação às crianças consideradas “normais”. O que leva a inferir que quando se trata de PcD, o diálogo entre as instituições e os profissionais da educação é ainda mais urgente e necessário, e não apenas quando se trata de situação transitória, mas durante todo o processo de ensino-aprendizagem. Para Machado (2017, p. 78), quanto ao trabalho com os pais:

“[...] ainda é incipiente e não tem tomado forma nos espaços escolares, devido à falta de disponibilidade de tempo para o contato, o que faz com que não haja sistematização no trabalho com os familiares de forma regular e com objetivos claros”.

Conforme mencionado acima pelo autor, a relação do professor com os pais dos alunos acontece de modo informal, onde o diálogo acontece por intermédio de aplicativos de aparelhos celular, passando pai e professor a trocar informações a respeito do filho de forma mecânica, fria e distante.

Entende-se que com o avanço tecnológico também surgiram novos meios e novas formas de comunicação entre as pessoas, de modo a facilitar a interação entre as mesmas e se poder tratar dos mais variados assuntos de forma mais dinâmica e eficiente. Contudo, em se tratando da criança, quer seja ela PcD ou não, e com relação a questões educacionais, entende-se que a relação entre pais/professores/pais não deve limitar-se apenas aos mecanismos e dispositivos eletrônicos, o olho no olho deve ser priorizado em tais questões.

A escola enxerga em cada membro da família, segundo Rodrigues (2015), um agente em potencial que pode auxiliar no processo educativo da criança de forma diversificada, somando novas experiências, conceitos e visões ao trabalho do educador.

Em hipótese alguma a familiar não pode ser apenas uma mera extensão da ação educadora em sala de aula, nem limitar-se à reprodução ou manutenção da ação do professor, por outro lado, a escola deve procurar desenvolver ações socioeducativas que envolvam os pais nas atividades escolares, de modo que estes possam acompanhar de perto o filho na vida escolar, de maneira a contribuir com o

seu desenvolvimento cognitivo, bem como com no processo de ensino-aprendizagem.

A família e a escola são instituições sociais de formação e educação que divergem em muitos aspectos e sentidos, principalmente no que diz respeito aos princípios educativos, mas que por isso mesmo devem desenvolver ações conjuntas que resultem na complementação uma da outra. Segundo Carneiro (2012, p. 92) enfatiza que:

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos. Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta.

A presença dos pais no âmbito escolar torna-se um fator positivo por que traz uma nova dinâmica na prática docente, bem como inspira confiança às crianças que se sentem mais seguras para desenvolver as atividades e interagir com os demais. Também é um fator positivo não apenas para a alunos PcDs, mas a presença dos pais e/ou familiares mexer de modo geral com o ambiente escolar, e de forma positiva.

Salientam-se os fatores individuais e coletivos, externos e internos, que estão relacionados com a prática docente, principalmente quanto ao que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). É nesse contexto que a figura dos pais ganha força enquanto aliada do professor no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que a presença dos pais em sala de aula tende a estimular a criança a participar das propostas trazidas pelo educador.

Por parte do professor as escolhas de metodologias, prática docente e/ou atividades a serem trabalhadas com os alunos, devem ser coerentes e espontâneas, embora dinâmicas e objetivas possíveis, uma vez que demandam decisão, procedimento seletivo de um jeito de aprender próprio de cada criança que com a ajuda dos pais vai se ajustando à prática docente do professor, na forma como utiliza os recursos pedagógicos e utiliza-se de determinada metodologia.

Quanto aos alunos, as ações são mais limitadas, uma vez que são conduzidas pelo professor com o propósito de alcançar o objetivo pré-definido no planejamento. Por mais que o professor esteja acessível e disposto a abrir

concessões em nome da aprendizagem da criança, a ação do mesmo visa resultados coletivos.

Analogamente é na escola que a criança passa a maior parte da vida dela, é onde aprende a se relacionar com a realidade, as pessoas e os fatos que constituem uma vida em sociedade. Noutras palavras, é na escola que acontece o ritual de passagem da vida familiar para a vida em sociedade, logo cabe á escola fornecer uma formação reguladora e instrutiva para as crianças.

Dessa forma, o conhecimento que a instituição escolar fornece aos alunos traz uma carga de valores subjetivos éticos, religiosos e políticos dos quais as crianças devem comungar de forma a não se sentirem ofendidos na sua dignidade. Mesmo que a escola seja de um segmento mais liberal que adote uma linha mais expansiva e progressiva, ou tradicional, optando por seguir velhos paradigmas, o importante é priorizar o desenvolvimento cognitivo e humano da criança.

2 ABORDAGENS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 DESAFIOS DOCENTES AO TRABALHAR COM ALUNOS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A infância de qualquer sujeito é recheada de profundas experiências que podem marcar definitivamente em todos os seus aspectos. É na puerícia que a criança vem a desenvolver a capacidade de exercitar as habilidades psicomotoras, cognitivas e afetivas, essencialmente necessárias ao seu desenvolvimento intelectual e humano.

Para Mussato (2017) é nessa fase que a criança deve desenvolver a capacidade de perceber, relacionar-se e compreender a realidade que o cerca, e consequentemente promover as descobertas do mundo e as suas particularidades, de modo a desenvolver a autonomia para exercer atividades no seu dia a dia.

É evidente que a percepção e interação com a realidade por parte das crianças com deficiência, apresentam uma quantidade de desafios ainda maior em virtude das limitações impostas pela condição física. Contudo, existe uma infinidade de meios e formas de perceber e interagir com o meio, possibilitando ao sujeito redimensionar-se dentro da sua própria realidade e no grupo ao qual está inserido.

A busca em ampliar a visão de mundo e desenvolver meios e mecanismos que possibilitem à criança manter contato com os elementos que compõem a realidade, através dos sentidos como o tato, a visão e o paladar, devem ser estimulados pelos pais e pela escola através do professor, de maneira que as dificuldades enfrentadas pela criança sejam suprimidas diante dos desafios do cotidiano. Assim, o crescente aumento de crianças com deficiência na educação infantil se dá em virtude do grito de apelo e da comoção mundial no sentido de promover a inclusão social.

No entanto, é notável que se as políticas de promoção de inclusão social por sua vez trazem benefícios à sociedade como um todo, também suas peculiaridades fazem com que surjam novos desafios para as instituições de ensino, para os profissionais da educação e para toda a sociedade.

Nesse sentido Carneiro (2012) pode mencionar o alcance das políticas públicas em torno da inclusão escolar de crianças com necessidades especiais educacionais, frisando a elaboração no ano de 2001 do Referencial Curricular

Nacional para a Educação Infantil, com o intuito de criar as diretrizes para a realização da inserção da criança no ambiente escolar.

No entanto, diante do exposto, é indispensável questionar: “A educação Infantil de fato oferece atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais?” Existe uma prática educativa que respeita a diversidade dentro das suas particularidades. Assim, busca-se compreender melhor as reais necessidades educacionais dessa clientela, e entender os mecanismos e dispositivos legais que embasam a prática docente em relação às crianças com necessidades educacionais específicas.

A prática docente especial, não se trata apenas de um olhar diferenciado sobre o diferente, não diz respeito apenas sobre uma postura diferenciada em face de uma realidade com uma necessidade mais específica, não se limita à promoção cotidiana de condições e situações, onde a criança seja recebida e estimulada a superar as suas dificuldades de aprendizagem e interação. É, sobretudo, um conjunto de situações e práticas que estejam a serviço do bem-estar e do desenvolvimento do sujeito como um todo, e não apenas no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo.

Evidencia-se que a prática da educação no âmbito infantil esteja apta a atender não apenas aquela criança que apresenta uma determinada deficiência já identificada e diagnosticada, mas também que esteja voltada para a prevenção de déficits cognitivos que possam comprometer o desenvolvimento das capacidades psicomotoras e intelectuais, bem como as habilidades que possam ser estimuladas e desenvolvidas na relação familiar (COTONHOTO, 2014, p. 275).

No entanto, durante o processo de alfabetização nem sempre as ações são planejadas e direcionadas pelo professor de modo a buscarem atingir um objetivo mais concreto, que vá além da mera alfabetização e do letramento, uma vez que se sabe que muitos alfabetizadores tendem a levar para sua prática pedagógica a mesma experiência e métodos com os quais foram alfabetizados, sem considerar a realidade da criança, o seu núcleo familiar, os valores e a formação da criança.

Dessa forma, cabe às instituições de ensino, bem como os professores e toda a equipe técnica adotar métodos e práticas educacionais voltadas para a real necessidade das crianças com necessidades especiais, de modo a atender todas as suas demandas e urgências, sobretudo, quanto ao desenvolvimento social e humano, dentro do contexto ao qual a criança atua e desenvolve relações de

convívio com outras pessoas, vivenciando o dia a dia e os desafios que implicam a vida em sociedade.

Obviamente são muitos os desafios que cercam o desenvolvimento cognitivo e o processo de ensino-aprendizagem das crianças com necessidades especiais na educação infantil, principalmente quando se trata do ensino público. É sabido que as primeiras experiências adquiridas pelas crianças, acontecem na prática social, sem as devidas mediações necessárias. E essa prática é relacionada, sobretudo, ao trabalho educativo voltado para as reais urgências da criança que careça de uma atenção mais centrada e objetiva quando da ação educadora.

Ao longo dos anos a prática educativa esteve voltada apenas às crianças não deficientes, estando vetada para as crianças que apresentassem uma condição fora do padrão tido como “normal”. Depois de muitas mobilizações por parte da sociedade, onde se apregoava a inclusão das crianças com necessidades especiais no processo de ensino/aprendizagem.

Segundo preconiza a legislação brasileira, é direito de todos o acesso à educação, sem quaisquer formas de discriminação: raça, cor, religião e condição social, ou seja, sem qualquer tipo de distinção e natureza. Nesse sentido, evidencia-se que o ambiente escolar deve primar pela inclusão, acolhendo e disponibilizando oportunidades a todas as crianças, principalmente àquelas que necessitam de um atendimento especial.

Contudo, Assim, as escolas e todas as instituições de ensino passaram a estabelecer um padrão de ensino embasado nas diretrizes da educação, ou seja, passou-se a buscar a inclusão, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos sem qualquer distinção, principalmente com relação aos que têm uma necessidade especial.

Educação inclusiva, termo cunhado pela primeira vez pela Declaração de Salamanca, supõe-se que as crianças com necessidades especiais podem frequentar a escolar e participar do processo de ensino/aprendizagem, por intermédio da socialização e interação, fato que deve acontecer nas turmas regulares de ensino, em conformidade com as suas necessidades.

Para Mendes (2019), Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e

nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Desta forma, procura-se encontrar uma forma de tornar iguais os desiguais no tocante aos aspectos físicos e subjetivos, mas sim, desenvolver métodos e mecanismos que promovam a equidade para os deficientes quando em convívio com os diferentes, tidos como “normais”. Buscando sempre suprimir as diferenças e sanar as dificuldades que as pessoas com deficiência possam enfrentar no processo de ensino/aprendizagem, independentemente da etnia, da classe social e da cultura.

Ainda, é relevante destacar que a promoção da educação inclusiva, não significa o mesmo que educação especial, uma vez que esta é definida como uma modalidade da educação especial, que por sua vez oferta a realização do atendimento educacional especializado, isto é, no âmbito escolar ou fora dele, sendo que o espaço que acolhe o aluno com necessidades especiais deve atender a todas as especificidades da criança, principalmente quanto ao profissional que o atende e na relação com as demais crianças.

De modo geral, a educação especial, objetiva a promoção da inclusão de um público específico da educação especial. Noutras palavras, pode-se dizer que o processo de educação inclusiva procura inserir todos os alunos na escola regular, independentemente de quaisquer distinções, sobretudo aquelas crianças que se encaixam na pauta do trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino especializado.

Contudo, é de singular importância frisar que não apenas os alunos com determinada limitação que carecem de um atendimento específico, que podem se beneficiar do processo de inclusão escolar, mas todos os alunos pertencentes ao sistema de ensino ganham com a inclusão, uma vez que a escola promoverá a formação de cidadão capazes de reconhecer que a diferença, ou ser diferente, não é algo que possa motivar a separação, mas incluir, promovendo a interação, a troca de valores e conhecimentos entre as crianças.

Conforme Guijarro (2005) ressalta que a Educação Inclusiva não se faz real apenas com a inserção dos alunos que apresentem alguma necessidade especial no processo de ensino/aprendizagem regular, a inclusão ocorre de fato quando a criança passa a desenvolver suas habilidades intelectuais e conseqüentemente a aprendizagem. A educação não é um direito apenas no se refere ao aspecto

acessível, mas também quanto ao direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno como sujeito, dentro das suas limitações, e, sobretudo, tendo-as respeitadas.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno. (CARNEIRO, 2012, P. 86)

Segundo o autor há uma gama de variantes que implicam no pensar a construção de uma escola inclusiva, isso perpassa desde a base com a educação infantil, até chegar às séries mais avançada. Isso diz respeito a uma leitura do espaço, da adequação e formação dos profissionais que atuam com essa clientela, bem como a adoção de metodologias e recursos pedagógicos que atendam satisfatoriamente tais necessidades.

Ainda, o autor, ratifica que o maior desafio está na ação pedagógica, mesmo que esta esteja relacionada aos demais aspectos e o resultado dependa diretamente de ações e procedimentos que contribuam para o desenvolvimento intelectual e humano de cada criança, preparando-a para enfrentar as adversidades do dia a dia e superando as limitações inerentes ao processo de ensino/aprendizagem.

A ideia de que é indispensável a interação entre os alunos e destes com o meio escolar no qual encontra-se inseridos e atuam num relevante processo em que predomina a troca de experiências necessária ao seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, é defendida por teóricos que desenvolveram trabalhos e teses no campo educacional, dentre os quais podemos mencionar Vygotsky (1984). Segundo o autor, a troca de conhecimento não ocorre apenas entre criança e um adulto como protagonistas da ação interativa, mas também entre duas ou mais criança que estejam inseridas no mesmo processo de aprendizagem.

2.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em se tratando de Educação Infantil, têm-se uma visão distorcida com relação ao papel do profissional que atua nessa área, e isso já se processa desde há muito tempo, onde o profissional da educação infantil é assemelhado a uma

espécie de substituto dos pais. Muitas vezes, para não dizer quase sempre, a figura do profissional que atua nesse segmento educacional, acaba sendo injustiçado e tendo a sua ação pedagógica comprometida quando tem uma atitude que distancie dessa realidade mítica criada por pais desinformados.

A figura idealizada do profissional de educação atrelada ao bom educador acabou por determinar entre os professores o estereótipo do profissional sem compromisso com o processo de ensino/aprendizagem e relacionando-o à imagem de substituto dos pais, ou seja, passou a ser visto como um “cuidador” da criança enquanto os pais trabalham e arcam com os compromissos de uma vida adulta.

Assim, o processo educativo passou a ser visto por uma ótica onde o período relativo à Educação Infantil, fosse apenas uma mera fase do processo de ensino, figurando como uma parte do desenvolvimento e da aprendizagem como uma mera fase transitória, sem maior relevância no desenvolvimento cognitivo do aluno. Dessa forma, o professor que atua nessa etapa do processo educativo, figurava como um substituto dos pais, executando funções cuidadoras maternas, sem qualquer vínculo e competência com a função docente.

Para Sarmiento (2001) Se existem indagações acerca da identidade do professor que atua no âmbito da educação infantil, por outro lado também se identifica mudanças quanto à situação da criança com deficiência, principalmente no que se refere ao lugar onde a criança deve atuar que passar a ser identificado como um lugar mais universal, acessível e mutável, pois a infância é um processo social que sofre transformações conforme os grupos sociais.

O autor reafirma o conceito de criança, identificando aquelas pessoas com faixa etária compreendida entre zero (0) a dezoito (18) anos como o ser criança, sempre existiu, mas a noção específica declarado pela convenção dos Direitos da Criança, com especificidades e identidade próprias, é tida como um conceito novo, próprio da modernidade. Contudo, é bom lembrar que os conceitos relacionados ao lugar que a criança deve ocupar e atuar altera conforme as mudanças sociais, e isso estão relacionadas às muitas variantes, pois as mudanças acontecem até mesmo no âmago de um mesmo conjunto ou recorte social, ou seja, no grupo com diferenças étnicas, religiosas, culturais e sociais.

De olho nessa conceituação e definição incômoda quanto ao lugar da criança, que surgiu a partir dos avanços tecnológicos na linha da produção e transmissão do conhecimento, é importante atentar para a visão formativa, crítica e reflexiva da

escola, outrora Libâneo (2002), Com a disseminação de uma forma de pensar imposta em virtude dos conceitos e princípios divulgados nos diversos meios de comunicação, onde se destaca as normas do mercado, o modo de vida ditado pelo consumismo, e as relações definidas e marcadas pela individualidade, é importante considerar a reflexão ética, promover o debate acerca dos valores essenciais como à justiça, a solidariedade, as diferenças como forma de identidade e o respeito à vida como instrumentos de promoção do convívio democrático em face às diferenças.

Evidencia-se que o papel do docente, antes de tudo, precisa ser repensado, revisto e redimensionado no tocante ao desempenho de suas funções enquanto educador. As constantes transformações pelas quais passa a sociedade e o sujeito social elevaram a situação do docente a um patamar crítico, ao ponto de colocá-lo no foco do debate do processo de ensino/aprendizagem.

Quando se levanta o debate acerca do papel e da função do professor, indagando quanto ao que é ser professor? No que consiste o seu papel? Como e por que se tornar um professor? É importante considerar o pensamento de Sarmiento (2001) enquanto agentes atuantes no processo de ensino/aprendizagem, o educador tem uma identidade e características distintas que o definem como tal, e a sua atuação no campo educacional, o seu protagonismo e profissionalismo na formação de novos sujeitos sociais. Mas a questão vai mais além, pois, afinal, por que debater o papel e a formação do professor da educação infantil?

Diante desse contexto, Alarcão (2005) incessantemente a escola, de modo geral, em todos os seus aspectos e sentidos deve procurar redimensionar-se, reinventar-se e reorganizar-se com o objetivo de adequar-se à realidade e enfrentar os novos desafios propostos por uma sociedade em desenvolvimento e evolução, pois a instituição escola deixou de ser a detentora do conhecimento e do saber. É comum o pensamento entre os profissionais da educação, de que o professor não deve colocar obstáculos e nem criar condições opostas em face à diversidade de vertentes do conhecimento e muito menos alimentar o espírito competitivo por parte do educador com essas vertentes.

Diante do exposto, é de singular importância que o educador possa munir-se desses mecanismos e dispositivos de comunicação – internet, mídia, etc. – com o propósito de desempenhar com maior desenvoltura e qualidade a sua função de educador, de modo que não apenas transmitir noções, mas promover a reflexão por

parte dos educandos, incitando-os a buscarem o seu próprio desenvolvimento intelectual e a produzirem seus conhecimentos.

As mudanças sociais e os avanços tecnológicos exigem do profissional da educação, mas principalmente do professor que atua no âmbito da educação infantil, um processo de formação constante e consistente, onde este possa encontrar em contato com as novas vertentes do conhecimento, apropriar-se do conhecimento que oferecem e desenvolver métodos que melhor possam ajudá-lo na sua ação pedagógica.

Sobretudo, a formação do professor de educação infantil deve capacitá-lo em todos os aspectos, mas principalmente procurar valorizar a formação intelectual e emocional. Contudo, cabe ao sistema educacional criar condições adequadas que possibilitem ao educador a sua profissionalização nesses moldes. O panorama marcado pela transitoriedade:

O educador passa a ser um profissional que atua em condições cada vez mais instáveis, uma vez que constantemente está diante de uma realidade em que está em constante transição, uma vez que convive com a troca de alunos, colegas de trabalho, funcionários das áreas divergentes e auxiliares da sua, pais, reuniões e a diversidade de opiniões que divergem da sua, sem contar com os aspectos da sua vida pessoal fora da escola. (KRAMER, 2002,p.52)

O autor menciona as condições instáveis que o profissional da educação infantil lida no seu cotidiano e o contato diário com esse dinamismo possibilita ao sistema e às escolas revisar a formação de profissionais da educação levando em consideração as suas vicissitudes e peculiaridades inerentes à sua função e papel, de maneira que não deve, de forma alguma, permitir a alimentação de uma postura estática e engessada por conceitos e normas que podem comprometer a ação pedagógica, mas, antes, deve estimulá-lo à reinvenção, à inovação e à criação de métodos e metodologias que os auxiliará no desempenho da sua função.

A questão mais relevante da formação dos professores da educação infantil está relacionada em manter esses professores sempre atualizados com os aspectos intrínsecos ao seu campo de atuação, mas também àqueles que não dizem respeito à educação. Porém, no processo de ensino/aprendizagem, não se pode dissociar os aspectos teóricos das situações práticas, sendo assim, é mais do que urgente repensar a ação prática e o conhecimento teórico como sendo os principais campos motivadores da formação do professor da educação infantil.

Em suma, a formação dos docentes no âmbito da educação infantil deve, sobretudo, considerar os aspectos inerentes à infância, às particularidades dessa fase que são fundamentais ao desenvolvimento humano e intelectual da criança. As crianças possuem potencial criativo imensurável que não devem ser tratados e trabalhados com uma dose excessivamente intelectualizada, sob o risco de alijá-lo e comprometer o desenvolvimento.

O professor da educação infantil precisa pensar sobre a sua ação educadora, sem levar em conta conceitos pré-estabelecidos, sem se preocupar com fórmulas ou métodos que possam direcionar a sua prática. Na interatividade com a criança, na troca de experiências, o professor acaba encontrando condições e materiais que o ajudarão a direcionar a sua ação em relação à realidade da criança, o que lhe possibilitará elaborar um método, conteúdo e práticas que atendam às reais necessidades do aluno, tendo por base as suas experiências adquiridas em vivências com o mundo.

2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROTAGONISMO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na contemporaneidade, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos, capazes de construir conhecimentos e potencialmente participantes. O protagonismo infantil vincula-se à participação efetiva das crianças no seu desenvolvimento, bem como na resolução de situações e de problemas que emergem no cotidiano em que estão inseridas, sob supervisão e/ou orientação dos adultos com quem convivem.

No sentido acadêmico, Ferreira (2010), o termo 'protagonismo' vem do grego – e quer dizer principal, primeiro -, e agonistes – que se refere a lutador, competidor. No âmbito do cinema e no teatro tal ideia e conceito é comumente usado em referência ao personagem principal de determinada trama. No sentido figurado, é comumente utilizado para identificar a pessoa que desempenha um papel de relevância em uma história literária ou em um acontecimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que Obviamente que há muitas dificuldades e problemas a serem enfrentados para que de fato o aluno com necessidades especiais possa figurar como deve no papel de protagonismo no âmbito da educação especial por suas qualidades e competências. O protagonismo onde a

criança é reconhecida, ainda é, antes, por suas limitações físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais do que pelo potencial ainda a ser desenvolvido com a ajuda do educador e demais colaboradores da escola.

As escolas deveriam entender mais de seres humanos e de amor do que de conteúdos e técnicas educativas. Elas têm contribuído em demasia para a construção de neuroses por não entenderem de amor, de sonhos, de fantasias, de símbolos e de sofrimento (SALTINI, 2008; p. 16).

Com isso o autor enfatiza que as instituições de ensino, antes de se preocuparem com a formação intelectual dos seus discentes, deveriam priorizar a formação humana. Os métodos, técnicas e procedimentos inversos por parte das instituições contribuem para que os sujeitos do processo de ensino/aprendizagem sofram de problemas de cunho emotivo e psicológico, e que pode acabar sendo prejudicial ao seu desenvolvimento cognitivo, e consequentemente, por comprometer o seu protagonismo tanto no âmbito escolar quanto no social.

Sobretudo, antes de se trabalhar o desenvolvimento intelectual da criança utilizando-se de métodos e técnicas que possam auxiliar na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, é preciso considerar os aspectos emocionais e sentimentais da criança dentro do convívio familiar, ou seja, levar em conta a forma e a maneira como o discente se relaciona com a realidade do lar e no convívio com os demais membros da família e nos demais espaços sociais.

A criança ao chegar na escola traz de casa uma carga psicoemocional que pode definir o ritmo e a forma pela qual ela se relaciona com os aspectos sociais da pluralidade escolar: as regras, as diferenças de crença e raça, a linguagem e os hábitos que mudam conforme a origem de cada discente. Essa mudança de realidade pode acabar tornando a criança retraída ou despertar um sentimento de indiferença e desrespeito para com os demais.

Quanto ao protagonismo da criança na educação infantil, a relação docente-discente não pode ser marcada pelo aspecto autoritário, mas sim pela harmonia entre os envolvidos. O aluno, obviamente, vê na figura do professor um ponto de apoio, uma referência que tem muito a ensinar ao aluno que por sua vez tem muito a aprender, mas o educando não é um ser sem ideias, pelo contrário, é dotado de pensamentos e visão próprias adquiridas no convívio com a família, e por isso capaz de gerir seus passos rumo à aprendizagem, ainda que com dificuldades.

Nenhuma forma de comportamento é tão forte quanto aquela ligada a uma emoção. Por isso, se quisermos suscitar no aluno as formas de comportamento de que necessitamos teremos sempre de nos preocupar com que essas reações deixem um vestígio emocional nesse alunado. (VYGOTSKY, 2001, P. 143)

Assim, é importante que o educador tenha ciência da realidade que o educando traz de casa e que o ajudará no desempenho do seu protagonismo na escola, e que servirá como ponto de referência por parte do professor para abordar novas temáticas e desenvolver metodologias e técnicas que estejam à altura da realidade do discente e sem comprometer a sua atuação como agente principal do processo.

As mudanças certamente haverão de vir, mas no ritmo e no tempo do aluno, que aos poucos vai redimensionando o seu pensamento, a sua forma ver a realidade e de se relacionar com a mesma e adquirindo novas formas de comportamentos e atitudes, desenvolvendo e ditando sua postura comportamental.

Naturalmente as emoções estão por traz das atitudes e do comportamento, da mesma forma que estão inseridas no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo. Nunca, em se tratando de criança, a lei da física “toda ação tem uma reação igual ou contrária” encontrou tanto sentido, principalmente no que se refere à ação educadora.

Sendo assim, caberá ao educador ter a sensibilidade para detectar os sentimentos por trás das reações e das atitudes, e gerir a situação, seja ela qual for, da melhor forma possível, sem prejuízo aos sentimentos e ao psicológico do educando, de modo que o mesmo se sinta disposto a rever sua postura e redirecionar a sua forma de se relacionar com o meio, atuando com convicção no processo de ensino/aprendizagem de forma consciente.

2.4 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão nas escolas não é apenas uma ideologia, mas um direito civil. Então, esse acesso à escola não promove apenas o desenvolvimento pessoal, mas é uma ferramenta poderosa no aprimoramento dos relacionamentos interpessoais. Afinal, nas instituições de ensino, o jovem tem contato com realidades e pessoas diversas, indo além da própria família. Com isso, a inclusão traz benefícios não

apenas para os estudantes com necessidades especiais, mas para todos os discentes que convivem com ele. Assim, o grupo aprende na prática a respeitar as diferenças – um fator fundamental para conviver em sociedade.

Segundo Gomes (1999), A escola é em todos os sentidos, um espaço sociocultural onde as mais variadas presenças podem se encontrar, se relacionar promover a trocar experiências.

Já para Fávero (2004, p. 53) a escola é um ambiente privilegiado, onde acontece a preparação da criança para o exercício da cidadania, bem como o pleno desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e humanas.

Em ambas as ponderações percebem-se a escola como um lugar onde as crianças/alunos podem ter a oportunidade de relacionar-se com a diversidade cultural, além de manter contato com elementos e mecanismos de conhecimento que estimularão o seu desenvolvimento intelectual e humano, habilitando-o para enfrentar os mais variados desafios que poderão surgir no seu dia a dia.

O direito a esse espaço educacional, onde o aluno pode desenvolver o pensamento crítico e habilidades intelectuais que o levam a exercer o seu protagonismo de forma determinada e consciente, é um direito garantido por lei (CF, Art. 6º, 1988). Assim, o papel da escola é o de promover a educação de forma eficiente, sem distinção, de maneira que todos tenham o mesmo acesso aos mesmos mecanismos e dispositivos do conhecimento.

Quanto a isso, é de suma importância e de real valor trazer para a realidade do ambiente de aprendizagem e da prática pedagógica na educação infantil o aspecto afetivo como forma de impulsionar e motivar o aluno a agir e interagir com os colegas na proposta pedagógica em debate no momento, promovendo dessa forma, a inclusão escolar. Assim, o professor poderá ter um maior controle das ações podendo direcionar ou reestruturar a sua ação pedagógica, bem como repensar os valores imbuídos da sua ação, agindo e interferindo diretamente no processo educativo e na formação dos valores da criança.

Quando a criança vai para a escola, leva consigo todos os conhecimentos já adquiridos, bem como os prenúncios de sua vida afetiva. Estes aspectos se relacionam dialeticamente, interagindo de forma significativa sobre a afetividade do conhecimento. Com isso, a escola, bem como todos os envolvidos no exercício de promover a socialização, possui papel de grande relevância no desenvolvimento infantil. (LOPES, 2009, p. 02)

Segundo o autor a escola é resguardada a função de formar cidadãos capazes, comprometidos e cientes do seu papel na sociedade, de modo que estes hajam como protagonistas realizando feitos e adotando posturas inovadoras moldadas pelo pensamento pragmático e altruísta dentro da sua realidade a ser mudada, transformada, para o bem da coletividade. A isso podemos definir como inclusão.

Ainda, cabe às instituições de ensino enquanto responsáveis pela formação de pessoas, promoverem o pensamento crítico diante de situações que requeiram uma postura diferente daquela já estabelecida e moldada pelo sistema social, de maneira tal que não se deixe instrumentalizar e nem condicionar com base em elementos que fogem à realidade e que tendem a manter o status quo.

Contudo, ao evidenciar a interação dialética entre afetividade e intelectualidade, a escola deve considerar a carga de conhecimento e afetividade que a criança traz no seu bojo das experiências do lar, pois será a partir de então que se procederá a uma reestruturação das potencialidades cognitivas e uma reestruturação afetiva passará a acontecer diante das novas possibilidades de relacionamento com a diversidade de pessoas e culturas. Algo que aconteça distante disso pode chamar de exclusão.

2.5 A RELAÇÃO DO PROFESSOR X FAMÍLIA DOS ALUNOS ESPECIAIS.

Há muito se sabe que a relação família/professor é indispensável para o desenvolvimento da criança, sendo uma referência na construção do conhecimento. Quanto mais compromissada e engajada for essa relação, maior será o resultado no desempenho da criança, e melhor será a sua relação com a diversidade cultural e intelectual que promoverão o desenvolvimento da aprendizagem e, consequentemente, a aquisição do conhecimento.

A construção de um relacionamento envolvendo a escola/professor e a família para planejar, firmar acordos e estabelecer metas em prol da promoção de uma educação de qualidade e eficiente independentemente de que isso possa acontecer no espaço escolar ou no ambiente familiar.

Na relação com a família da criança com necessidades especiais, de acordo com Paro (1997), é indispensável que se o professor procure adquirir informações o máximo possível da realidade e do cotidiano familiar da criança: como vive os

cuidados que requer as necessidades mais urgentes, o comportamento, entre outros. E isso não se limita apenas às informações fornecidas pela mãe, que na maioria dos casos, é quem mais se envolve na questão da educação do filho e nas pesquisas de cunho familiar.

Assim, cabe à família e à escola/professor uma tarefa desafiadora e nada fácil, uma vez que é nesses grupos sociais que a criança adquire suas primeiras experiências de convívio em sociedade, como também é onde ocorre o primeiro embate de realidade. Contudo, a escola/professor deve estar sempre inserindo a família dos alunos nos eventos, programações e atividades desenvolvidos pela escola. Isso deve acontecer não apenas nas reuniões que são convocadas para tratar de problemas envolvendo as famílias e os alunos, mas em reuniões e eventos que objetivam engajar os familiares em algum evento realizado pela instituição.

A realidade é que a maioria dos educadores atribui aos pais a origem dos problemas, e acusam como fator as mudanças na família. Assim entre escola e família ocorre uma confusão de papéis, cobranças para ambas as instituições. O que parece ocorrer uma incapacidade de compreensão por parte dos pais a respeito daquilo que é transmitido pela escola e pôr o outro, uma falta de habilidade dos professores em promover comunicação. (PARO, 1997, p.38)

Nesse sentido, os papeis chegam a se inverter, e essa inversão acaba gerando a falta de diálogo que por sua vez ocasiona o retrocesso no desenvolvimento e na aprendizagem. Diante disso, percebe-se que tanto uma quanto a outra parte, precisam estar cientes de seu compromisso e responsabilidades no processo de ensino/aprendizagem, responsabilidade que começa em casa, passa pelo ambiente escolar e culmina no convívio em sociedade. Sociedade que acaba levando a criança a pensar e refletir as suas atitudes e comportamentos interagindo com a comunidade à qual encontra-se inserida.

No processo de ensino/aprendizagem, é importante destacar o fato de que há muitos aspectos internos e externos (endógenos e exógenos) que têm influência direta no desenvolvimento cognitivo e emocional do aluno, uma vez que a criança/aluno está diretamente relacionada a várias realidades, e os fatos e acontecimentos que compõem esses retalhos de realidade acabam repercutindo no posicionamento e desenvolvimento da criança. Assim, cabe ao professor e à família, munidos por um conhecimento prévio estabelecido pela relação escola/família, buscar conjuntamente equalizar as disparidades na busca por soluções para as

questões problemáticas que podem comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento.

Segundo Piaget (2007, p. 21), “existe, como efeito, um paralelo constante entre a vida afetiva da criança no seio familiar e o desenvolvimento intelectual no âmbito escolar”, quanto a isso infere-se que ao passo em que se trabalha a afetividade da criança no espaço escolar, mais se desenvolve as suas potencialidades cognitivas. Para o pensador a afetividade é o fermento que nutre a intelectualidade da criança ao longo do seu desenvolvimento, pois motiva e desperta interesse

Sendo assim, a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo pode ser desenvolvido em dois aspectos e segmentos: o cognitivo (no ambiente escolar), e o afetivo (no convívio familiar), ambos são interdependentes e são de fundamental importância para as práticas pedagógicas e consequentemente para o desenvolvimento intelectual e humano, estimulando reações psicológicas e biológicas como sentimentos, desejos, interesses, valores e emoções indispensáveis à aprendizagem.

Nesse caso, o mais importante nesse aspecto, é que o processo de ensino-aprendizagem procure sobretudo preservar a carga de recursos emocionais, psicológicos, culturais, intelectuais e sociais da criança/aluno, para que o mesmo não se sinta diferente diante dos demais, que não se sinta excluindo por ter uma orientação familiar que difere da dos demais. Cabe ao professor somar valores e conhecimentos, mas sem suprimir ou excluir os valores socioculturais que cada criança traz consigo, herdado dos pais e transmitido como sinônimo de cultura, conhecimento e identificação.

3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES DAS PRÁTICAS DOCENTES EM UMA ESCOLA DO DISTRITO DE MORAES ALMEIDA – ITAITUBA/PA

3.1 CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA

A Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental César Almeida, localizada à BR 163, Km 1185. Foi criada para atender a sociedade estudantil e contribuir com o crescimento educacional e social do Distrito de Moraes Almeida.

Neste solo natal iniciou suas atividades em 1986, com o nome Tancredo Neves e funcionava em um barracão atrás do atual posto de saúde com turmas multe seriadas. Tendo como primeira diretora Dona Márcia Bertonia Prudente de Moraes e primeiras professoras: Lucia, Eurídice, Auxiliadora, Bete e Núbia.

Em 2001 a escola já então, César Almeida na direção da professora Orivalda Victor, passa a ter seu prédio próprio, terreno doado pela colonizadora Paralelo 16, na pessoa de seu Manoel Cavalcante e construção em geral doada pelo comercio/madeireiras local juntamente com pais e funcionários da escola.

Em 2005 diante do aumento em matrícula inicia-se a construção de outro prédio pelo poder municipal juntamente com o governo do estado para atender a demanda de 1000 alunos em três turnos com as modalidades de educação infantil, séries iniciais, fundamental, EJA e Ensino Médio.

Em 2007 Moraes conta com dois prédios escolares César Almeida I e II cumprindo seu propósito em atender e contribuir com o crescimento educacional e social do Distrito.

Portanto, com o crescimento da população do distrito de Moraes Almeida e não tendo mais salas para comporta a demanda do César Almeida I e II, no ano de 2012 a educação infantil passou a funcionar em anexo ao Cantinho do Saber sob a direção da professora Maria de Fátima Mariano Fritsch, sendo que, nesse mesmo ano estava sendo construída uma nova escola no padrão MEC com 21 sala César Almeida II.

Já no ano de 2013 sobre a direção da professora Silvia Helena Pereira da Silva, as aulas passaram a funcionar no César Almeida II de 1º ao 9º ano e EJA e no César Almeida I Educação Infantil, sendo Maternal, Jardim I e Jardim II, pois havendo a necessidade de desmembrar para que cada uma funcionasse nas suas

respectivas modalidades, houve algumas reuniões com a comunidade em geral para a criação de um Centro de Educação Infantil.

Em 27 de novembro de 2013 reuniram nas dependências da Escola Centrinho a diretora Silvia Helena, funcionários, membros da APM e os pais da comunidade, para que os mesmos votassem em um nome da escola de educação infantil, pois o mesmo teria que passar pela Câmara para poder ser válido, iniciando então a votação com algumas opções de nomes: “Anselmo Fasbid, Mundo Encantado ABC, Sonho Encantado, Mundo Feliz e Centro de Educação Infantil ABC”. Com tudo, ao finalizar a votação ficaram da seguinte forma: Sonho encantado ficou com 24 votos, Mundo Feliz teve 6 votos e o Centro de Educação Infantil ABC teve 30 votos. Com isso os pais tiveram como votação Centro de Educação Infantil ABC.

O Centro Municipal de Educação Infantil ABC foi fundado dia 27 de novembro de 2013, na Administração da Prefeita Eliene Nunes e Secretária de Educação Ana Paula dos Santos. Tendo como 1ª diretora a Professora Maria Nilzete de Lima Silva, que administrou no período de 2014 a 2016. Com o término do mandato da professora Nilzete, houve uma nova votação para a direção do CMEI ABC.

Já na nova gestão da professora Edna Maria de Sousa de 2017 a 2019, foram construídas cinco salas de aula, sobre a gestão do prefeito Valmir Clima de Aguiar e o Secretário de Educação Amilton Pinho, um barracão coberto com parquinho, poço artesiano, reforma dos banheiros e foram climatizadas 3 salas.

Portanto, hoje 20/01/2021 a escola conta com 33 funcionários. Assim distribuídos: 01 Diretora Maria Madalena dos Santos Costa, 01 vice-diretor Inauro de Sousa Fróes, 01 Técnico Educacional Emerson Emilio Lameira Severino, 01 Secretária Jessika da Silva Santos, 01 auxiliar administrativa Márcia Adriana de Jesus Melo, 19 professoras, 04 ASGs, 02 merendeiras, 01 cuidadora e 02 vigias noturnos. Sendo que, na atual gestão a escola passou por uma reforma e hoje sua estrutura física dispõe de: 11 salas de aula, 01 sala da direção, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 sala dos professores, 3 banheiros, 01 sala de arquivo, 01 sala de merenda, 01 sala de material pedagógico, entretanto toda essa estrutura física da escola passaram por reforma, com piso, forro, fiação e pintura, construção de sala que era de madeira e ampliação da cozinha.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos para a produção deste trabalho, consistiu em pesquisas realizadas no Centro Municipal de Educação Infantil ABC no Distrito de Morais de Almeida na qual foi necessária uma leitura aprofundada de diversos documentos oficiais e bibliográficos que desenhavam a história dessa modalidade de Educação em nosso país. Estudiosos como Mazzotta (2011), Mantoan (1998, 2003), Corrêa (2004), Paro (1997), Alarcão (2005) entre outros subsidiaram toda a pesquisa e colaboraram para a finalidade pretendida. A fim de embasamento teórico, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo e descritivo, visando analisar as práticas docentes e os desafios da educação especial com interfaces na educação infantil.

O presente estudo também obteve como fundamento a pesquisa bibliográfica e documental. Para que qualquer pesquisa seja realizada é imprescindível ter um maior esclarecimento acerca da temática e os dois tipos de pesquisa nos possibilita essa inserção no campo da discussão. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos traz como fontes materiais já elaborados como livros, artigos, dissertações etc., a pesquisa documental nos dá como fontes de dados tabelas, jornais, revistas, documentos oficiais, filmes, relatórios entre outros. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2009, p. 45).

Ainda convém ressaltar que alguns estudiosos elencam alguns passos determinantes para se realizar uma pesquisa documental. Ribeiro (2015) afirma que é necessário delimitar o problema e a partir daí os objetivos; escolher os documentos, acessá-los e analisá-los para finalmente redigir o texto. A pesquisa bibliográfica e documental contribuiu para que uma breve análise da Educação Especial brasileira, objetivo deste estudo, fosse realizada.

A pesquisa buscou responder as seguintes questões norteadoras: Quais os desafios da educação Especial com foco nas Interfaces Educação Infantil? Quais as

técnicas desenvolvidas pela escola para desenvolver o trabalho na Educação Especial? De que forma a Educação Especial tem contribuído para a inclusão social na Educação Infantil?.

Os objetivos almejados neste estudo consistiram em Analisar a Educação Especial com interfaces na Educação Infantil buscando identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nessa área da educação em um Centro Infantil do Distrito de Moraes de Almeida, município de Itaituba-Pa.

A coleta das informações necessárias para o desfecho do trabalho foi aplicada a técnica da entrevista com questionários elaborados, respondidos individualmente, para seis professoras que trabalham na escola investigada em meados do mês de novembro de 2022, que consistiu em uma compreensão maior sobre os desafios da educação especial com interfaces na educação infantil.

Para se alcançar os seguintes resultados, a pesquisa evidenciou coleta de dados, análise bibliográfica, discussões acerca das respostas das entrevistadas, sugestões de propostas, intervenções e conclusão.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Ao todo foram entrevistados seis (06) profissionais que atuam na educação infantil no Centro Municipal de Educação Infantil ABC, em Moraes Almeida, todas do sexo feminino, com a faixa etária idade entre 29,31, 32, 33 anos. As entrevistadas responderam ao questionário contendo nove (09) questões de cunho aberto e subjetivo acerca da prática docente com alunos com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

Dentre as entrevistadas apenas duas (02) possuem especialização: uma em Educação Especial e Inclusiva, e outra em Alfabetização e Letramento. As demais pessoas entrevistadas possuem apenas a Graduação. Dessa forma constata-se a ausência de capacitação por parte de quatro (04) das entrevistadas, mas isso não as limita e nem as impede de realizar as suas funções enquanto educadoras de forma responsável e profissional.

3.4 ANÁLISES DOS DADOS

Durante a coleta de dados foi realizado uma pesquisa nos dias 12, 13, 14, 15 e 19 de novembro de 2022, na qual os entrevistados tiveram que responder a um questionário contendo dez (10) questões subjetivas referentes à temática abordada: sendo nove (09) perguntas abertas e uma (01) pergunta fechada.

Dessa forma, segue a análise das respostas dos entrevistados, onde os mesmos estão identificados por meio de uma numeração de um (01) a seis (06) tendo-se o devido cuidado de resguardar a identificação destes, e suas respostas sendo literalmente transcritas tal qual responderam na entrevista. Assim objetivou-se preservar a visão e o conhecimento de fato, causa e efeito do profissional no campo de atuação.

A educação especial tem ganhado cada vez mais importância na última década, com a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino brasileiro. A meta desta modalidade é proporcionar às pessoas com deficiência as mesmas oportunidades educacionais e profissionais ofertadas a qualquer pessoa. Esta pesquisa visa responder a temática levantada. Ao iniciarmos questionou-se: O que é educação especial?

Quadro 1: O que é Educação Especial? **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	“Educação Especial inclusiva é uma lei importante que veio para garantir direito de todos.
P 02	“Educação para todos, respeitando as limitações de cada um. É a modalidade de ensino que venha para contribuir com educando com algum tipo de deficiência.
P 03	“A inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular”.
P 04	“É uma modalidade que trabalha atendendo as crianças com deficiência e transtornos globais”.
P 05	“É uma modalidade de ensino voltado para o atendimento e educação de pessoas com deficiência ou superdotação”.
P 06	“É preciso explorar as interfaces, os alunos tem direito de aprender como qualquer outro aluno”.

De acordo com as respostas das professoras entrevistadas a Educação Especial é: Uma lei importante que veio para garantir o direito de todos, respeitando as limitações de cada um, é a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular, É uma modalidade que trabalha atendendo as crianças com deficiência e transtornos globais e superdotação visando explorar as interfaces.

Desta forma é nítido que os professores detêm de um conhecimento acerca da pergunta questionada, tendo em vista que os mesmos tiveram esta disciplina em sua formação acadêmica no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Sendo assim, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação básica, ou seja, os alunos necessitam estar matriculados na rede regular de ensino e incluso nas atividades pedagógicas proporcionada pelo ambiente educacional.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008,p.24)

Segundo o autor, o aluno precisa estar matriculado na sala comum do ensino regular sendo disponibilizados a ele todos os acessos necessários para o seu processo de aprendizagem e no contra turno ele receberá o atendimento educacional especializado na Sala de Recurso Multifuncional.

Dando prosseguimento indagou-se: Qual o Público Alvo da Educação Especial?

Quadro 2: Qual o Público Alvo da Educação Especial? **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	"São aqueles que têm alguma deficiência ou com alguma dificuldade, criança superdotadas."
P 02	"Criança com deficiência, transtorno global e Alta habilidade e superdotação."
P 03	"Criança com síndrome, autismo, baixa visão e outros."
P 04	"Alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento e alunos com altas habilidades."
P 05	"São aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades superdotação."
P 06	"Conforme a política os alunos considerados público - alvo são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação."

Observa-se na fala das entrevistadas que o público alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Durante as análises das professoras, várias respostas foram enfatizadas, no entanto de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (1996, p.02) Considera-se público-alvo do AEE:

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

As pessoas com deficiência têm sido um dos principais focos da área da educação, porque foram historicamente privadas da participação nas redes de ensino. Bem como por estarem associadas a um estigma de “atipicidade”, o que acentua o processo discriminatório e a exclusão. Por essas e outras razões, a legislação determina que o público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva corresponde aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Mas é importante reforçar que a educação inclusiva diz respeito a todas as pessoas, sem exceção. Ou seja, alunas e alunos, com ou sem deficiência, têm direito ao acesso (matrícula e presença), à participação em todas as atividades da escola e à aprendizagem, com equiparação de oportunidades para o pleno desenvolvimento de seu potencial.

O acesso da criança público alvo da educação especial na educação infantil é importante para garantir o seu pleno desenvolvimento e também para a prevenção de déficits daquelas que se apresentam em ambiente de risco, ou seja, que não têm suas capacidades e habilidades estimuladas no ambiente familiar.

Sendo assim, é notório que a educação infantil tem um papel fundamental na vida escolar de uma criança sendo ela atípica ou não, pois é o primeiro contato com a experiência escolar e engloba diversas fases de desenvolvimento do aluno como: integral, aspectos físico, psicológico, intelectual e social, uma vez que o aluno com necessidades especiais está em processo de adaptação, pois tudo é novo.

Ao perguntar para as professoras: Você já teve experiência com alunos especiais em sua sala de aula?”



Gráfico 1: Você já teve experiência com alunos especiais em sua sala de aula?
Fonte: Professores do CMEI ABC (2022)

Observa-se que de todas as entrevistadas, apenas uma declarou não ter experiências com crianças que necessitam de acompanhamento especial o que a classifica em 17%, já 87% afirmam ter experiência e isso revela que a Educação Especial no Centro Municipal de Educação Infantil ABC, no Distrito de Moraes Almeida – Itaituba/PA é uma realidade já existente, e por ser assim, deve ser levado a sério quando os mesmos entrevistados dizem que é importante e urgente uma formação adequada para os docentes que atuam no referido centro.

Na verdade a experiência se adquire com a prática, ou seja, o professor só terá essa real experiência se um dia ele tiver a oportunidade de trabalhar com um aluno incluso em sua sala de aula.

Sendo assim, cabe ao professor procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender, flexibilizar e intervir nas diversas situações que vem a ocorrer no decorrer do ano letivo. O professor ele precisa se capacitar para lidar com qualquer público no seu local de trabalho.

Dando seguimento, indagou-se: Qual a importância da Educação Especial na vida escolar do aluno com deficiências?”

Quadro 3: Qual a importância da Educação Especial na vida escolar do aluno com deficiências. **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	<i>“Prepara-lo e buscar meios de inclusão para que aquele aluno seja um dito normal e combatendo a discriminação.”</i>
P 02	<i>“Promover e aproximar os alunos, de forma que aprendam a lidar com as diferenças.”</i>
P 03	<i>“A inclusão.”</i>
P 04	<i>“É a inclusão no convívio social mais eficazes ao combate a discriminação. Todo aluno com deficiência deveriam ter acesso a educação regular.”</i>
P 05	<i>“É muito importante, pois a criança aprende desenvolver várias coordenação e amadurece seu cérebro de forma rápida e aprende se socializa com outras crianças se alimentar de forma correta, pois os exercícios, as brincadeiras da como um efeito terapêutico para os alunos especial.”</i>
P 06	<i>“De grande importância , pois, só com educação especial o mesmo está vivendo a equidade, a mesma busca garantir o melhor desenvolvimento possível cada criança que necessita podendo assim considerar as particularidades quando acontece a inclusão acontece também o respeito as diferenças.”</i>

De acordo com as entrevistadas há uma grande importância da educação especial na vida do aluno com deficiência, pois, prepara e promove a inclusão e aproxima-os das demais pessoas, ensina a lidar com as diferenças dentro do ambiente escolar e na sociedade visando o meio a qual o indivíduo está inserido.

A inclusão escolar prevê a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes de aula regulares, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam necessidades educacionais.

Neste caso, as escolas precisam estar preparadas para dar o suporte necessário para esses alunos, seja na infraestrutura da instituição (rampas, sinais, elevadores, etc) e, principalmente, na capacitação dos profissionais de ensino para este tipo de acompanhamento. É função do educador estar preparado para educar os mais diferentes tipos de indivíduos.

Sem perceber o ambiente educacional tem um papel essencial na vida escolar de um aluno com necessidades educacionais, visto isso quando eles estão somente em casa eles não tem nenhuma perspectiva, vontade e autonomia em aprender, buscar, socializar e interagir com as demais pessoas. É notória a satisfação desta pessoa quando ela se encontra inserida nos demais espaços junto com outras pessoas.

Perguntou as entrevistadas: Quais os maiores desafios em trabalhar com alunos da Modalidade da Educação Especial?

Quadro 4: Quais os maiores desafios em trabalhar com alunos da Modalidade da Educação Especial? **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	<i>“Ver este aluno como uma criança normal e demonstrar que apesar das suas limitações esta criança possa ser independente.”</i>
P 02	<i>“O grande desafio é garantir o acesso e permanência dessa criança na escola. a falta de experiência de professores porque na teoria é fácil quando nos deparamos com alunos no dia a dia sentimos na pele a necessidade de nos aprimorarmos.”</i>
P 03	<i>“Falta de capacitação, recursos e ambientes apropriado.”</i>
P 04	<i>“A despreparação da escola em fornecer material pedagógicos , que possa trabalhar a metodologia que possa melhorar a qualidade de ensino do aluno. E você a falta de formação de profissional na área.”</i>
P 05	<i>“Seja a despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão, pois existem vários desafios da educação inclusiva no Brasil. Por isso, é importante que estudantes. Professores, coordenadores, diretores e funcionários possuam capacitação para receber e educar alunos especiais.”</i>
P 06	<i>“A falta de matérias adequado para cada criança com necessidade, a falta de condições para as famílias para que as crianças venha ser acompanhado por psicólogos e etc.”</i>

O questionário revelou que os problemas são comuns aos entrevistados, e a toda a comunidade escolar, porém, a questão maior é que esbarra na falta de materiais e condições adequadas para o desenvolvimento de atividades mais básicas e essenciais, e a adoção de procedimentos que venham facilitar a inclusão do discente na vida escolar de forma mais consistente e eficiente, de maneira a evitar transtornos maiores e situações vexatórias tanto para o discente quanto para a família destes.

Os entrevistados reconhecem que há a carência de formação específica para os profissionais que atuam na Educação Especial na Educação Infantil, bem como têm consciência de que para atuar com crianças que vivem essa realidade (Educação Especial), é preciso que haja formação constante para os educadores, de maneira que se possa realizar um trabalho mais eficiente e que atenda às reais necessidades das crianças.

Trabalhar com estes alunos requer um esforço a mais, você precisa gostar do que faz, buscar a cada dia novas praticas de ensino, adaptação, adequação e flexibilização de currículo e conteúdos pragmáticos, saber desenhar, cantar, pular, não ter vergonha, saber se impor na hora certa e lutar pelos alunos da modalidade, desta forma é necessário ter respeito à diversidade e saber lidar com o diferente.

Dando continuidade, indagou as entrevistadas: Na sua escola, os alunos com necessidades educacionais possuem acessibilidade suficiente? Comente

Quadro 5: Na sua escola, os alunos com necessidades educacionais possuem acessibilidade suficiente? Comente. **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	<i>“Sim! Temos professores capacitados e todos tentam incluir o aluno.”</i>
P 02	<i>“Prefiro não responde essa questão.”</i>
P 03	<i>“Não. falta recursos pedagógicos falta assistência de fonoaudióloga e psicóloga.”</i>
P 04	<i>“Não. Falta de adaptação e recursos que atenda a necessidade a criança especial.”</i>
P 05	<i>“Não. Pois não tem o suporte adequado para está ajudando as crianças especiais como por exemplo : matérias didáticos, trasporte adequado entre outros.”</i>
P 06	<i>“Nem tanto quanto deveriam pois cada vez mais cresce o número de alunos com necessidades educacionais é preciso o estudo para que haja mais conforto para essas crianças.”</i>

Constata-se nas falas das entrevistadas que não há acessibilidade suficiente para os alunos com necessidades educacionais tais como: prefiro não responder a esta pergunta, falta de adaptação, recursos pedagógicos, falta de assistência da equipe multidisciplinar, falta de transporte adequado para a locomoção dos alunos, falta de mobiliário e estruturação da escola como rampas, banheiros adaptados entre outros.

Diante disto, somente uma professora mencionou que sim a escola possui acessibilidade suficiente, uma vez que os professores estão capacitados para trabalhar e desenvolver atividades que englobam o processo educacional dos alunos e os professores tentam incluir os alunos nas atividades propostas pela escola.

Mediante a isto, A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), menciona que acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Promove-se a acessibilidade pelo uso do desenho universal, pela supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, em tecnologias diversas, quando existentes. Para tanto, é preciso observar a legislação de acessibilidade, as normas técnicas, os atos normativos sobre o tema.

Prosseguindo com a entrevista, perguntou-lhes: Como fazer para alfabetizar uma criança com necessidades especiais na Educação Infantil?

Quadro 6: Como fazer para alfabetizar uma criança com necessidades especiais na Educação Infantil? **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	<i>"Buscando métodos para ajudá-lo."</i>
P 02	<i>"Depende de cada necessidade, adequar o restante do aluno com atividade."</i>
P 03	<i>"Tem que ter capacitação."</i>
P 04	<i>"Usando estratégias que lhe tragam interesse e possa desenvolver as agilidades."</i>
P 05	<i>"Primeiramente é fundamental que o professor aceite esse desafio e depois despertar em seus alunos a vontade de aprender a ler e escrever."</i>
P 06	<i>"É preciso que haja uma parceria entre professor e cuidador e matérias suficiente conforme a necessidade de cada um."</i>

Segundo as entrevistadas, para alfabetizar uma criança com necessidades especiais na educação infantil é preciso: buscar métodos para ajudá-lo conforme a sua dificuldade, ter capacitação na área, saber identificar cada especificidades, usar estratégias de ensino na qual o aluno sinta interesse nas atividades proporcionadas, buscar parcerias entre escola/ família e cuidador infantil, manuseio de materiais e recursos pedagógicos.

É desafiador alfabetizar um aluno com necessidades educacionais, tendo em vista que o processo de alfabetização de alunos especiais pode apresentar desafios específicos, mas é possível adaptá-lo às necessidades individuais de cada aluno para garantir que eles possam aprender a ler e escrever de maneira efetiva.

Algumas estratégias comuns para a alfabetização de alunos especiais incluem o uso de recursos multimídia, como imagens e vídeos para ilustrar conceitos, e o ensino de habilidades linguísticas em contextos relevantes e significativos para o aluno. O ensino em pequenos grupos ou individualmente também pode ser benéfico, permitindo que os professores se concentrem nas necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, é importante que os professores adaptem a abordagem de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos. Isso pode incluir a utilização de materiais e atividades adaptados e a implementação de estratégias de ensino diferenciadas, como o uso de jogos e outras atividades lúdicas.

Desta forma é necessário conhecer as necessidades específicas do aluno, como dificuldades de leitura, escrita, concentração ou coordenação motora. Com base nessas informações, é possível adaptar a metodologia e os recursos a serem utilizados.

Para superar essas dificuldades, é fundamental que a escola adote uma abordagem inclusiva e individualizada, que leve em conta as necessidades e habilidades de cada aluno. Isso pode incluir a adaptação da metodologia e dos recursos pedagógicos, o trabalho em grupo, a utilização de atividades lúdicas e a participação de profissionais especializados.

Questionaram-se as professoras: Quais as metodologias utilizadas por você para trabalhar com alunos especiais?

Quadro 7: Quais as metodologias utilizadas por você para trabalhar com alunos especiais? **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	<i>“Jogos pedagógicos e atividades lúdicas.”</i>
P 02	<i>“Vai depender de cada situação, qual deficiência tem para adequar aos demais.”</i>
P 03	<i>“Não respondeu.”</i>
P 04	<i>“Atividades diferenciadas que atenda as suas necessidades, respeitar o seu tempo, criar método que chame sua atenção para atividade.”</i>
P 05	<i>“Conhece as necessidades de cada aluno investir em tecnologia e materiais didáticos.”</i>
P 06	<i>“O cuidador é um profissional contratado com o nível fundamental para cuidar da criança com deficiência e custa menos para o governo, já o professor itinerante precisa ser formado e ajuda.”</i>

De acordo com as entrevistadas as metodologias utilizadas para trabalhar com alunos especiais são: jogos pedagógicos, atividades lúdicas, dependendo da especificidade e limitação do aluno faz-se adaptações e adequações curriculares, atividades diferenciadas, respeito mútuo, métodos e técnicas que despertem a curiosidade dos alunos.

Sendo assim, o professor desempenha um papel importante na criação de ambientes educacionais positivos e enriquecedores. As suas atitudes influenciam na inserção harmoniosa dos alunos atípicos.

A possibilidade de adaptação dos recursos é relevante, pois favorece um ensino e aprendizado correspondente às condições dos alunos, o que pode garantir o êxito da integração do aluno deficiente, no ensino regular.

Recursos pedagógicos adaptados (letras emborrachadas com peso, recursos com velcro, livro adaptado; livro imantado e de madeira; jogo da velha adaptado e recursos pedagógicos adaptados para leitura, etc) são essenciais no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência. No entanto, observa-se que a realidade

das escolas brasileiras não contempla totalmente a presença de recursos como este.

Diante disto, além da presença destes recursos, há a necessidade de conhecimento e manuseio por parte dos professores e os mesmos acabam adaptando de acordo com os recursos utilizados pelos próprios.

Para finalizar a entrevista, perguntou: Quais as interfaces da Educação Especial?

Quadro 08: Quais as interfaces da Educação Especial? **Fonte:** Professores do CMEI ABC (2022)

Professora	Respostas
P 01	<i>“São preparações de acessibilidade e pedagógico organizados por etapas que vem para ajudar o aluno.”</i>
P 02	<i>“Identificação das necessidades.”</i>
P 03	<i>“Não respondeu.”</i>
P 04	<i>“Através de jogos pedagógicos, brincadeira e observando os gestos e atividades.”</i>
P 05	<i>“É proposta pedagógica para lidar com crianças especiais com isso abrem se novas possibilidades para o atendimentos especiais.”</i>
P 06	<i>“É preciso explorar as interfaces, os alunos tem direito de aprender como qualquer outro aluno.”</i>

Observa-se na fala das entrevistadas que as interfaces da educação especial se da através da preparação de acordo com acessibilidade e os recursos pedagógicos se moldam por etapas, visibilidade na identificação das necessidades, através de jogos lúdicos e pedagógicos, brincadeiras, gestos, propostas educacionais vigentes a serem realizadas com alunos especiais, o direito em aprender como qualquer outro aluno.

Desta maneira O principal objetivo dessa modalidade de ensino é garantir a esses indivíduos um direito fundamental destinado ao acesso à educação de qualidade. Na prática, a interface da educação especial é um importante instrumento para reduzir desigualdades e barreiras que atrapalham o desenvolvimento educacional e social de pessoas com alguma deficiência ou alta habilidade. Nesse contexto, é fundamental aprender e difundir conhecimentos sobre o tema, a fim de garantir que recursos de acessibilidade sejam verdadeiramente aplicados.

A interface da educação especial, educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008a, p. 17).

De modo geral, a interface da educação especial e as demais modalidades asseguram os seus atendimentos, seus recursos e atividades educacionais construídos em base legal. Sendo assim todos os entrevistados entende que é de suma importância, o atendimento educacional especializado a uma criança com necessidades especiais, se sinta integrada à realidade da sala de aula, bem como se sentir capaz de enfrentar os desafios que possam surgir em virtude das diferenças e limitações que cada um apresenta em diferentes contextos. E que caberá ao educador desenvolver métodos e dispositivos que atendam as necessidades e supra a carência de materiais para a adequada prática pedagógica.

3.5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

De acordo com as problemáticas apontadas com o resultado da pesquisa, foi necessário sugerir algumas alternativas que contribuíssem nas análises das práticas docentes em uma Escola do Distrito de Moraes Almeida:

Promover formação docente para que tenham conhecimento da sua realidade institucional, bem como da responsabilidade profissional e social para com seus alunos, para então, a partir dela, começarem a elaborar o seu plano de ação pedagógico, levando em consideração as diferenças e limitações dos seus discentes.

Desenvolver políticas públicas que facilitem o acesso a uma especialização para esses profissionais, como também cabe ao profissional procurar meios e mecanismos de formação e informação que possam agregar conhecimentos e valores à sua prática docente.

Promover oficinas que envolvam recursos pedagógicos e equipamentos necessários a uma prática docente eficiente e eficaz, utilizando-se da ferramenta mais competente e dinâmica de todas: o cérebro e a criatividade.

Envolver os pais nas atividades diárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso abordou uma análise da Prática Docente em uma Escola do Distrito de Moraes Almeida- Itaituba/PA na qual enfatiza os desafios da educação especial com interfaces na educação infantil. Tendo em vista que a educação especial é uma prática de fundamental importância para a inclusão social, uma vez que se pauta pelo atendimento a uma clientela que possui determinadas limitações face a uma realidade que cada vez mais se torna excludente, muito em função do processo evolutivo que desencadeia situações que acabam impondo condições e limites os mais variados possíveis.

Desta forma, a prática docente na educação especial requer uma postura e posicionamento diferentes de todos os envolvidos no processo, mas principalmente por parte do educador que deve procurar estabelecer uma relação de maior proximidade com os alunos, bem ter cuidado na abordagem e utilização de metodologias pelo educador no ato da ação docente, sendo que a realidade muda conforme a criança assistida e a necessidade que implica o processo educativo em ação.

Assim, com relação a modalidades da educação especial com interfaces na educação infantil é de suma importância considerar as dificuldades enfrentadas pelo quadro docente, bem como considerar as manifestações diversas que podem ocorrer por parte da criança com necessidades especiais em sala de aula.

Desse modo, é importante ressaltar que caberá ao professor (educador) estar ciente da realidade social e familiar de seus alunos, principalmente daqueles que requerem um atendimento especial, bem como a forma como os mesmos se relacionam com o meio em que vivem e absorvem os impactos negativos e positivos de tal realidade. Nem sempre a realidade externa (extraclasse) da criança se harmonizará com as exigências da realidade escolar.

Em suma, o mais importante nesse processo de pesquisas, estudos e análises, foi constatar que, apesar das muitas dificuldades dos profissionais que atuam na educação especial perpassando os níveis da educação infantil, o processo de ensino-aprendizagem vem sendo realizado de forma contínua e precisa, ainda que com algumas necessidades a serem sanadas, principalmente no tocante à preservação da carga de recursos emocionais, psicológicos, culturais, intelectuais e

sociais da criança/aluno, para que o mesmo não se sinta diferente diante dos demais, que não se sinta excluído por ter uma orientação familiar que difere da dos demais.

Cabe à escola, de modo geral, somar valores, materiais e conhecimentos, mas sem suprimir ou excluir os valores socioculturais que cada criança traz consigo, herdado dos pais e que é transmitido como sinônimo de cultura, conhecimento e identificação. Por outro lado, espera-se que o professor, em virtude do seu posicionamento regente em sala de aula e da postura mediadora entre o aluno e o objeto de conhecimento e interação com a realidade, continue procurando desenvolver métodos e práticas pedagógicas que amplie o seu leque de conteúdos e metodologias opcionais com o qual poderá auxiliar o aluno no desenvolvimento cognitivo e humano, inserindo-o ao convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 4ª.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIANCHETTI, L. **Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência**. In: Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 1, p, 61-75, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **LEI FEDERAL Nº 9.394/96 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN, 1996**. Disponível em. Acesso em: 23 abr. 2023

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**: promulgada em 6 de julho de 2015 / obra coletiva de autoria do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCDLegal. - Vitória : Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, 2016

CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na educação infantil. Práxis educacional, Vitória da Conquista**, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012

CHECCONI, F. F. **A Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: a criança no foco das investigações**. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação. Universidade de Araraquara, Araraquara, 2016.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

COTONHOTO, Larissy Alves. **Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar**. 2014. 275 f. Tese(Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Salamanca/Espanha, 1994. **Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p.81-95, dez. 12.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FERREIRA, A. B. de Holanda. **Mini Aurelio – O Dicionário de Língua Portuguesa**; 8ª Ed., Ed. Positivo, Curitiba/PR, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola**, 1999.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **Ensaio pedagógico - construindo escolas inclusivas**. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – **Lei 9394/96**, MEC, 1996. DF

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora: Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, C. S. **A Afetividade e o Espaço Escolar – Segundo Henri Wallon**. Artigo Publicado em Anais do Congresso de Educação Científica da UNESP, São José do Rio Preto, SP. 2009.

MACHADO, G. **Caracterização das práticas do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil de Dourados/MS**. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. **Diversidade e inclusão**. Aula do Curso II do PDE. Londrina: UEL, 27-28 set. 2007.

MENDES, E. G. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. *Revista Educación y Pedagogia*, v.22, n.57, 2019.

MIRANDA, Aline Maira de. **Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos**/ Aline Maira De Miranda.-Curitiba: InterSabere,2008.(série Inclusão Escolar).

MUSSATO, Luanna Nayara Silva. **A inclusão escolar do aluno com síndrome de down**.2017. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro Universitário CatólicoSalesianoAuxilium, São Paulo, 2017.

PARO, Vítor Henrique.**Educação infantil e seus desafios** . São Paulo: Xamã, 1997.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução Maria Alice Magalhães D. Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

RIBEIRO, Rafael Dias; **Métodos ágeis em gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Horácio da Cunha e Sousa Ribeiro, 2015.

Rodrigues, R. K. G. **Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil: Interface com os pais e professores da classe comum**. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SALTINI, Cláudio J. P. **Afetividade e inteligência: a emoção na educação**. 4^a ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2008. v. 01.

SARMENTO, M. J. **A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade**. In R. L. Garcia et al (Org), *Em defesa da educação infantil*. Rio de Janeiro 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ANEXO



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-CESUPI
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o trabalho de conclusão de curso-TCC, intitulado **“DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Análises da Prática Docente em uma Escola do Distrito de Moraes Almeida- Itaituba/Pa.**

Acadêmica: MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES
THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA

Orientadora: Professora Esp. Edilane da Silva Melo

QUESTIONÁRIO

Dados do perfil dos participantes

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____ anos.

Quanto tempo trabalha na educação: _____

Possui Especialização? _____

Qual? _____

1. O que é Educação Especial?

2. Qual o público alvo da Educação Especial?

3. Você já teve experiência com alunos especiais em sua sala de aula?
() SIM () NÃO

4. Qual a importância da Educação Especial na vida escolar do aluno com deficiências?

5. Quais os maiores desafios em trabalhar com alunos da Modalidade da Educação Especial?

6. Na sua escola, os alunos com necessidades educacionais possuem acessibilidade suficiente? Comente.

7. Como fazer para alfabetizar uma criança com necessidades especiais na Educação Infantil?

8. Quais as metodologias utilizadas por você para trabalhar com alunos especiais?

9. Quais as interfaces da Educação Especial?

Obrigada!

RODRIGUES, MARIA ANTONIA PEREIRA
ROCHA, THAIS VIEIRA FERREIRA

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM INTERFACES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES DAS PRÁTICAS DOCENTES EM UMA ESCOLA DO DISTRITO DE MORAES ALMEIDA – ITAITUBA-PA/ MARIA ANTONIA PEREIRA RODRIGUES , THAIS VIEIRA FERREIRA ROCHA- Itaituba-Pa: CLPP da FAI,2023

67 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso(TCC)– Faculdade de Itaituba- FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2023.

Orientadora: Prof^ª Edilane da Silva Melo, Esp.

1.Educação Especial .2.Educação Infantil. 3.Educação. Melo. Edilane.
II.Faculdade de Itaituba, BR–PA, 2023.